

Sindjus-DF se reúne com novo DG do STF para tratar dos principais pontos da pauta da categoria

DG afirmou que o STF está cumprindo a decisão judicial sobre o artigo 193, que abarca os filiados do Sindjus-DF

O Sindjus-DF se reuniu, nesta terça-feira (13/10), com o diretor-geral do STF, Edmundo Veras dos Santos Filho, para tratar de diversas demandas pertinentes à categoria, tais como: NS para técnicos, Polícia Judicial, GAS com FC, reenquadramento de Auxiliares e direito de advogar. Participaram pelo Sindjus-DF os coordenadores Abdias Trajano, Costa Neto, Cledo Vieira e Fernando Souza.

Os dirigentes expuseram a importância da comissão de carreira instalada pelo CNJ, uma vez que os servidores do Poder Judiciário estão com várias demandas paralisadas, causando diversos prejuízos à categoria.



O Nível Superior para técnicos, por exemplo, já foi aprovado na comissão anterior, estando há anos aguardando envio de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional. Trata-se de uma questão pacificada, aprovada em todas as instâncias do Sindicato e da Federação, e que conta com o apoio de mais de 600 magistrados e de diversos órgãos do PJU.

A criação da Polícia Judicial foi aprovada recentemente pelo plenário do CNJ, dando origem à Resolução 344, de 9 de setembro de 2020, regulamentando o exercício de poder dessa polícia. No entanto, a Resolução do CNJ não tem eficácia em relação ao STF, razão pela qual foi solicitado ao DG atenção especial a essa demanda, para a regulamentação e padronização no STF. Além disso, os agentes de segurança fazem questão de avançar com essa conquista no Congresso Nacional, consolidando definitivamente essa polícia.

Outra discussão que necessita ser aprofundada é sobre o direito de advogar para os servidores que tenham registro na OAB, pois atualmente sofrem de vedação total. O objetivo é flexibilizar essa proibição, de modo que esses servidores possam exercer a Advocacia sem comprometer seu trabalho.

Também foi exposta ao DG a pauta da acumulação da GAS com FC. Os coordenadores informaram que o DG do STF anterior, Eduardo Toledo, havia informado ao Sindjus-DF em março de 2020 que o STF já havia realizado estudo sobre os impactos da GAS com FC, mas que estava aguardando resposta dos demais tribunais para dar prosseguimento à essa demanda, com o envio de projeto de lei.

Com relação à Reforma Administrativa que está em curso, o Sindjus-DF pediu apoio do DG no sentido de defender as prerrogativas e direitos dos servidores. Os dirigentes discutiram sobre os pontos altamente prejudiciais da PEC 32/2020, como a quebra de estabilidade e a redução dos salários iniciais. Discutiram, ainda, sobre a gravidade das medidas contidas na PEC 186, que o Congresso tenta retomar sua análise, entre elas a redução de 25% dos salários com redução de jornada. Os coordenadores informaram que o Sindicato combate a Reforma Administrativa como um todo e vem fazendo um trabalho conjunto com o Sindilegis e outras entida-

des para barrar seu avanço. No entanto, como estratégia de atuação, está trabalhando também com sua assessoria parlamentar a elaboração de emendas que defendam os direitos dos servidores do Poder Judiciário e do MPU, e que esperam contar com o apoio do STF.

Ainda foi solicitado que sejam alocados mais recursos para benefícios e planos de saúde à exemplo de outros órgãos do PJU e MPU. É sabido que o STF e vários órgãos do PJU e MPU têm economizado com a adoção do teletrabalho como regime prioritário durante a pandemia. Nada mais justo que essa economia seja revertida aos servidores, que estão tendo mais despesas com o trabalho remoto, como aumento das contas de internet e energia elétrica.

Por fim, os coordenadores trataram do Art. 193, denunciando que o TCU tem notificado os órgãos do Poder Judiciário no sentido de cobrar a retirada da "opção", ignorando decisão judicial obtida pelo Sindjus-DF, com tutela antecipada e sentença de mérito favorável, e ainda decisão do juízo da 5ª Vara Federal determinando que a União e o TCU reestabeleçam em caráter de urgência essa rubrica (prazo de cinco dias). Edmundo Veras informou que o STF já recebeu notificação do TCU com o intuito relatado pelos coordenadores do Sindicato, mas que o STF vai continuar cumprindo as decisões judiciais.

"Foi uma reunião bastante produtiva, com o Sindjus-DF explanando sobre os interesses dos servidores de forma bastante detalhada. Fizemos a argumentação a respeito das pautas gerais e específicas da categoria de forma muito firme e convincente, pois o Sindicato está há tempos trabalhando em prol de cada um desses itens. Portanto, o Sindjus-DF, mais do que ninguém, tem compromisso, propriedade e interlocução para fazer a defesa da categoria. O novo diretor-geral ouviu tudo com muita atenção e se colocou à disposição para encaminhar os itens tratados, reconhecendo a importância da interlocução direta com o Sindjus-DF, pois é o Sindicato que lida diretamente com os servidores e conhece de perto a realidade da categoria. Vamos fortalecer cada vez mais esse canal de comunicação com o STF no sentido de discutir e encaminhar as demandas dos servidores", afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.



Sindjus-DF se reúne com Administração do TST para tratar de demandas específicas e gerais da categoria

O Sindjus-DF se reuniu, virtualmente, na tarde desta quinta-feira (15/10), com o diretor-geral do TST, Gustavo Caribé de Carvalho e com o secretário de Gestão de Pessoas, José Railton Silva Rego, para tratar de pontos importantes para a categoria, tais como art. 193, comissão de carreira e o pleito para que o TST considere cumprida a carga horária de cursos obrigatórios pelos Agentes de Polícia para recebimento da GAS. Participaram da reunião pelo Sindicato o coordenador-geral Costa Neto e o coordenador de Assuntos Jurídicos Cledo Vieira.

Art. 193

Explicando sobre as recentes decisões judiciais favoráveis obtidas pelo Sindjus-DF, os dirigentes buscaram junto à Administração do TST uma forma de reestabelecer a "opção" pelo art. 193 que foi retirado do contracheque dos servidores em razão do tribunal ter sido notificado pelo TCU para cumprir os acórdãos emanados daquele tribunal de contas, sob pena de responsabilidade solidária e multa. Dessa forma, conforme explicou Gustavo Caribé, para que se possa reverter esse quadro,

é necessário que a notificação da AGU, TCU ou do juízo da 5ª Vara Federal chegue oficialmente ao TST. Informou que até o momento o tribunal não recebeu oficialmente a notificação sobre a decisão obtida pelo Sindjus-DF no sentido de que TCU e AGU restaurem a integridade da sentença favorável aos servidores.

Caribé afirmou que a folha de pagamento dos servidores já está fechada, da qual não consta a “opção” pelo art. 193, mas garantiu que assim que o TST for devidamente notificado, a opção será restaurada, de modo que uma folha suplementar poderá ser providenciada com a reinclusão dessa rubrica. O Sindjus-DF já está adotando providências junto ao juízo da 5ª Vara para expor essa situação, a fim de que seja providenciada a notificação do TST. O Sindicato também está fazendo gestões para que a AGU cumpra a decisão judicial e notifique o Tribunal Superior do Trabalho imediatamente, por meio de parecer de força executória.

O Sindjus-DF pede tranquilidade e paciência aos servidores, pois é questão de tempo para essa questão ser resolvida e a integridade da decisão seja restaurada.

Comissão de Carreira

Os coordenadores do Sindicato discorreram sobre a Comissão de Carreira, que está sendo instalada pelo CNJ, e da qual participará o TST, os demais tribunais superiores, o CNJ e o TJDFT. Assim como tem feito com outros tribunais, o Sindjus-DF solicitou da administração do TST que assim que indicar seu representante para a comissão, seja aberto o diálogo com o Sindicato para estabelecerem debate sobre os temas mais importantes da categoria que serão tratados nesse fórum. O intuito é informar os representantes sobre os anseios da categoria, detalhando profundamente a pauta dos servidores, de modo que os trabalhos da comissão fluam da melhor maneira.

O Sindjus-DF adiantou alguns dos temas em destaque, separados por cargos. Os dirigentes trataram do NS para técnicos, que deverá seguir direto para o plenário do CNJ, de modo a aprovar o envio de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional. Os dirigentes do Sindjus-DF também discorreram sobre a consolidação da polícia judicial no Congresso Nacional, direito de advogar para servidores com registro na OAB e reenquadramento dos auxiliares remanescentes.

Gustavo Caribé informou que o TST ainda não indicou o representante, mas, assim que o fizer, o espaço será aberto com o Sindjus-DF e o debate viabilizado. Na comissão anterior, quem representou o tribunal foi José Railton, que caso seja indicado novamente, já se prontificou a se reunir com o Sindicato, estabelecendo amplo diálogo sobre as demandas da categoria.

GAS

Assim como STJ e TRE-RO atenderam ao pleito do Sindjus-DF no sentido de considerar cumprida, em razão da pandemia, a carga horária dos cursos obrigatórios de reciclagem anual para recebimento da GAS, o Sindicato, que já havia protocolizado requerimento ao TST neste sentido, reforçou a necessidade de que seja prolatada decisão para considerar cumprida pelos agentes de polícia do TST carga horária relativa a esses cursos, tranquilizando os servidores da área de segurança do tribunal.

O TST emitiu decisão de realizar esses cursos de forma virtual, mas o Sindjus-DF argumenta que o melhor a fazer, uma vez que também há necessidade da parte prática, é suspender os cursos de reciclagem neste ano de 2020. A pedido do DG, o Sindicato ficou de encaminhar as decisões do STJ, TRE-RO e outros órgãos para que ele possa estudar com a devida atenção esse pleito.



Despesas com servidores no Brasil é menor em relação a países como Austrália e Espanha

Percentual de servidores públicos na população também é menor no Brasil

Sai governo, entra governo, o discurso é o mesmo: o Brasil gasta demais com servidores públicos, que são apontados, de forma equivocada, como vilões da economia e privilegiados.

Em seminário promovido pela Secretaria de Relações Internacionais da Câmara dos Deputados, o embaixador da Espanha, Fernando García Casas, informou que o custo da folha de pessoal em seu país é de 12,2% do PIB. Já o embaixador australiano, Timothy Kane, disse que o custo na Austrália é de 17%. De acordo com o Atlas

do Estado Brasileiro, do Ipea, o Brasil tinha um custo de 10,7% do PIB em 2017.

O secretário de Relações Internacionais, deputado Alex Manente (Cidadania-SP), abriu o debate com uma avaliação distorcida sobre a realidade, pregando a necessidade de uma reforma administrativa no Brasil. "Aqui, no Brasil, nós vivemos um serviço público bastante obsoleto no sentido de gerar um custo significativo para o Estado e o serviço não ser tão eficiente até por conta da falta de uma modernidade."

Manente também criticou o que considera um "excesso de privilégios", na remuneração de servidores. "Penduricalhos, benefícios, progressão automática rápida para as carreiras; o que inibe qualquer possibilidade de evolução da qualidade do serviço público."

Timothy Kane explicou que os servidores públicos na Austrália representam 15,8% da força de trabalho contra uma média de 18% dos países desenvolvidos. A maioria, quase 80%, é estadual. O sistema de contratação é descentralizado.

Já Fernando García disse que os servidores são 14,3% da população ativa e a maioria é contratada a partir de

concursos e têm estabilidade. No Brasil, de acordo com o Ipea, o serviço público está em torno de 11% da população economicamente ativa.

O embaixador Fernando García explicou que o fator salarial, além de outros, promovem uma redução de desigualdades. "Uma de minhas conselheiras aqui é filha de caminhoneiro. Isso foi graças a um setor público com saúde, educação, com bolsas de estudo, que a permitiu chegar no topo do serviço civil da nossa função pública".

Para o Sindjus-DF, é importante a divulgação de dados com essas comparações, que demonstram inequivocamente que os países mais desenvolvidos valorizam seus servidores ao contrário de persegui-los, como vem sendo feito sistematicamente pelo governo. O discurso de que o Estado brasileiro está inchado e de que os servidores são privilegiados é facilmente desmontado quando se estuda o assunto com a devida seriedade. A sociedade não pode ser enganada com campanhas em favor dessas reformas, cujo intuito real é favorecer o mercado financeiro.

É uma vergonha o secretário de Relações Internacionais falar para o mundo, uma vez que falou para embaixadores, que há "excesso de privilégios" na remuneração dos servidores brasileiros. Até quando vão mentir

dessa forma? Até quando o funcionalismo do Brasil vai ser desrespeitado e humilhado?

"É preciso cortar sim, mas cortar as despesas geradas pelos apadrinhamentos políticos, com cargos de livre nomeação sem concurso público, pela partidização do Estado, pela corrupção generalizada. Servidores com estabilidade combatem a corrupção, sendo verdadeiros fiscais da sociedade nos mais diversos órgãos. A verdadeira reforma administrativa que a sociedade brasileira precisa está no fortalecimento do Estado a partir da valorização dos servidores de carreira, combatendo o toma-lá-dá-cá político. Trocar cargos por votos, inflar a máquina pública para angariar aliados, dar cargos de chefia a copartidários são práticas que devem ser extintas. Somente por meio da mobilização, resistência e atuação coordenada é que podemos fortalecer o serviço público e libertar a sociedade da velha política, essa sim extremamente prejudicial à máquina pública e à população", afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.





Artigo aborda detalhes sobre tramitação da Reforma Administrativa

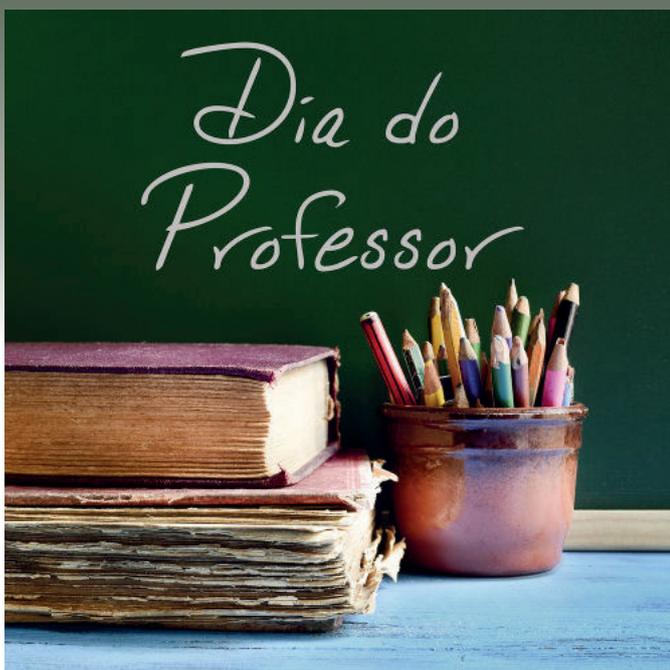
O artigo intitulado “Os dilemas da tramitação da Reforma Administrativa em 2020”, de autoria do assessor parlamentar Thiago Queiroz, da Queiroz Assessoria, faz uma análise ampla sobre os possíveis impasses que podem girar em torno da tramitação da PEC 32/2020, que trata da Reforma Administrativa.

De acordo com o especialista, para que a proposta consiga prosperar, é necessário um amplo entendimento das lideranças partidárias, para afastar eventuais questionamentos e judicialização. Queiroz também avalia que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, precisa realizar concessões.

“Como se percebe, são estes os dilemas enfrentados pelo presidente da Câmara dos Deputados, que

se esforça para viabilizar o início do debate sobre a Reforma Administrativa em 2020, em sinalização aos anseios do Mercado Financeiro, mas que apenas será exitoso se houver concessões aos partidos de oposição, razão pela qual a tendência continua sendo de tramitação apenas em 2021, esclarece o assessor parlamentar.

Para o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, a análise do artigo traz uma clara visão sobre pontos que podem ser trabalhados, para evitar a aprovação da Reforma. “O texto traz esclarecimentos pertinentes sobre a tramitação da PEC 32 e permite que tenhamos uma visão mais ampla sobre as lacunas e pontos de atuação que podemos explorar. Recomendo muito a leitura”, pontuou.



Sindjus-DF parabeniza professores pelo seu Dia e pelo papel que desempenham na construção de um mundo melhor

Parabéns aos mestres! Você compartilha o conhecimento, transforma a realidade e humaniza as relações. Nenhum outro adjetivo lhe cairia tão bem quanto MESTRE. É você, professor(a), que participa da construção da cidadania, que garante o direito ao saber, que aprende com as diferenças e ensina com a clareza de alma compartilhada.

A docência é a arte de construir histórias. De conduzir a uma prática educativa emancipatória. De destruir as relações que sustentam a alienação e privam o homem do seu pleno desenvolvimento.

Ser professor, é, acima de tudo, carregar dentro de si a esperança, a ousadia e coragem para acreditar e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. O que para muitos é utopia, para você é educação.

“Neste dia 15 de outubro, data em que se comemora no Brasil o Dia do Professor, o Sindjus-DF presta homenagem a todos os professores, em especial aos servidores do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União que atuam nessa área. Colegas que ministram cursos nas escolas dos tribunais e do Ministério Público, assumindo os papéis de instrutores e educadores, colaborando para um serviço público cada vez mais qualificado. O escritor Augusto Cury diz que professores fascinantes ensinam para a vida. Então, em nome do Sindjus-DF, muito obrigado a todos os que nos ensinaram e nos ensinam lições edificantes e transformadoras”, exclamou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

Por que 15 de outubro?

No dia 15 de outubro de 1827 (dia consagrado à educadora Santa Teresa de Ávila), Pedro I, imperador do Brasil, por meio de Decreto Imperial, criou o Ensino Elementar no Brasil, determinando que “todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras”.

Tal decreto dispunha sobre a descentralização do ensino, salário dos professores, matérias básicas e como se dariam as contratações de professores.

Em 1947, um professor paulista chamado Becker teve a ideia de transformar a data em feriado. O dia 15 de outubro, além de homenagear o professor, também serviria para se analisar os rumos do restante do ano letivo. O professor Becker é autor da célebre frase: “professor é profissão. Educador é missão”.

A data foi oficializada nacionalmente como feriado escolar pelo Decreto Federal 52.682, de 14 de outubro de 1963.



Sindjus-DF, ASSTJ e ASAJUS se reúnem com o Presidente do STJ e do CJF, para tratar de “carta de servidores” e reivindicar a manutenção de trabalho remoto.

O Sindjus-DF, na ocasião representado pelos Coordenadores Gerais Francisco de Oliveira Vaz e José Rodrigues Costa Neto, a Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça e do CJF – ASSTJ, representada pelo seu Presidente Vinícios José Mota Couto e a Associação dos Servidores Aposentados do Poder Judiciário da União – ASAJUS, representada pelo seu Presidente Francisco Lima de Sousa, se reuniram nessa sexta-feira, dia 9/10/2020, com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do CJF, Ministro Humberto Martins, para tratar de tema relativo à Resolução STJ/SGP-21/2020, que dispõe sobre a implementação de medidas com vistas ao retorno aos trabalhos presenciais, bem como da “Carta dos Servidores ao Presidente do STJ e do CJF”.

Presentes também o Diretor-Geral do Tribunal, Marcos Cavalcante, o Secretário-Geral da Presidência, Jadson Santana, e o Secretário de Saúde do STJ e do CJF, Bonfim Abrahão Tobias.

Na ocasião os Dirigentes das entidades representativas levaram ao Presidente das duas Casas, o posicionamento da categoria, manifestado em “carta de servidores”, e anteriormente apresentado, pelo Sindjus-DF, para conhecimento da Presidência do STJ e do CJF, mediante ofício protocolado administrativamente no dia 5/10/2020.

Os representantes do Sindjus-DF, da ASSTJ e da ASAJUS manifestaram preocupação com os servidores, face ao retorno aos trabalhos presenciais e ressaltaram a importância de se manter o isolamento social, como forma mais segura e eficaz de prevenção contra o “novo coronavírus”, nesses tempos de pandemia, ainda fora de controle, principalmente por não se ter notícia de vacina que efetivamente possa garantir e proteger a segurança à saúde e à vida dos servidores, magistrados, colaboradores, advogados e partes.

Além de insistirem no pedido de reconsideração da

Portaria STJ/SGP-21/2020, os representantes das entidades retomaram à defesa da manutenção do trabalho remoto e do teletrabalho, bem como ressaltaram a importância de o Tribunal, bem como do CJF continuar disponibilizando os equipamentos de informática (computadores e acessórios), para os servidores que necessitam desempenhar suas funções em trabalho remoto, bem como os EPI's para àqueles que efetivamente precisem dos referidos equipamentos, por ocasião da essencialidade do trabalho presencial.

Os representantes das entidades também tornaram a informar ao Ministro Humberto Martins, que os demais órgãos do PJU e MPU, inclusive o STF, até aquela ocasião, continuavam em sistema de trabalho remoto e de teletrabalho, tendo, em alguns casos, prorrogado o prazo de possível retorno, apenas para janeiro de 2021.

Após as considerações dos representantes do Sindicato e das Associações, o Ministro Presidente do STJ e do CJF disse que também estava preocupado com a questão da pandemia, mas, mesmo assim, reafirmou a intenção de dar cumprimento às orientações contidas na Resolução CNJ/322/2020 que, segundo ele, recomenda o retorno aos trabalhos presenciais; informou que esse retorno se daria de forma gradativa e que estaria em conformidade com as recomendações da referida portaria bem como com as recomendações dos organismos mundiais de saúde; afirmou que todos os cuidados relativos à saúde e segurança dos servidores seriam tomados e monitorados pela secretaria de Saúde do STJ; que é este o Órgão competente para se pronunciar sobre a saúde do

Servidor, bem como sobre a questão do risco de contágio da pandemia, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

De todo modo, o Ministro Humberto Martins, após ouvir os dirigentes, resolveu acatar, em parte, o pedido do Sindjus-DF e da ASSTJ, anteriormente feito através de ofício do dia 23/09/2020, no qual pleitearam transparência nos dados, para que seja publicado semanalmente relatórios informativos acerca da evolução do quadro de infectados pelo "novo coronavírus", no STJ e no CJF, determinando, verbalmente, ao Secretário de Saúde do STJ e do CJF, que tome as providências no sentido de, além de disponibilizar esse informativo, para os servidores, também o envie, semanalmente, para o Sindjus-DF e para as respectivas Associações ali representadas.

O Presidente se comprometeu ainda a determinar a imediata suspensão das atividades presenciais, mediante comprovada ocorrência de casos de Covid-19, no âmbito do STJ e do CJF.

Diante disso, o Sindicato e as Associações informam que continuarão defendendo junto à Administração do STJ e CJF, como regra, o retorno do teletrabalho, durante a pandemia, e atentos aos relatórios semanais emitidos pela Secretaria de Saúde do STJ e CJF, bem como estarão sempre prontos a retomar, se necessário e com a devida urgência, às reuniões com a Presidência, para a defesa dos interesses dos servidores, principalmente, diante de qualquer notícia de ocorrências de casos de Covid-19 nas dependências do STJ e do CJF.

Sindjus-DF, ASSTJ e ASAJUS se reúnem com o Presidente do STJ e do CJF





INFORME JURÍDICO:

União ajuíza ação rescisória contra os 13,23%

AGU pretende rediscutir a sentença transitada em julgado em favor dos servidores do Judiciário e Ministério Público do DF.

A União ajuizou ação rescisória com pedido liminar perante o TRF da 1ª Região contra a vitória obtida pelo Sindjus-DF no processo sobre a correção de 13,23% da remuneração em favor dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União (ação coletiva nº 0033198-04.2007.4.01.3400).

Na ação, a AGU insiste em defender que o Judiciário não poderia ter corrigido a burla discutida, por suposta ausência de autorização legal.

O sindicato já protocolou a defesa, patrocinada pelos escritórios Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues e Ibaneis Advocacia, e acredita que a rescisória não vingará, pois a ação foi ajuizada fora do prazo legal e a vitória judicial está fundada em jurisprudência predominante à época, inclusive do STJ e STF.

Não fosse isso suficiente, o direito aos

13,23% veio a ser confirmado pela edição das Leis 13.316/2016 e 13.317/2016, bem como pelo superveniente entendimento do STF em favor dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União.

Segundo o advogado Jean Ruzzarin (Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues), “no último julgamento do tema 1061 da repercussão geral, em setembro de 2020, o STF deixou claro que a anterior negativa do direito dos 13,23% não vale para os servidores do Judiciário e Ministério Público, cuja validade da concessão judicial foi confirmada pela lei de 2016. Isso reduz muito as chances da União se livrar da obrigação de pagar os servidores com base na sentença obtida pelo sindicato”.

A ação está sob a relatoria do desembargador César Jatahy Fonseca e aguarda apreciação do pedido liminar da AGU, contra o qual o Sindjus-DF já se manifestou pelo indeferimento (processo nº 1028483-57.2020.4.01.0000).

Sindjus-DF continua distribuindo kits de proteção e prevenção ao coronavírus aos filiados em trabalho presencial

O Sindjus-DF tem cuidado de forma especial dos servidores do Poder Judiciário e MPU durante a pandemia, reforçando junto aos órgãos a necessidade de manter o teletrabalho como regime prioritário até a vacinação em massa e a adoção de medidas em atendimento às recomendações das autoridades sanitárias no que se refere à proteção e prevenção ao Covid-19, bem como entregando kits personalizados com máscara de tecido lavável e frasco reutilizável de álcool gel aos filiados que estão realizando trabalho presencial.

De 15 a 22 de setembro, a equipe do Sindjus-DF percorreu os seguintes locais de trabalho promovendo entregas de kits de proteção e prevenção ao novo coronavírus: Garagens, TRF1, Fóruns Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas, Brazlândia, Ceilândia, Águas Claras, Gama, Santa Maria, Riacho Fundo e Guará, Promotorias do Gama e Santa Maria, TJDFT SAAN, TSE.

Dessa forma, através de um trabalho permanente e consciente, o Sindjus-DF tem ido até seus filiados e contribuído com a preservação da saúde e a valorização de um universo de vidas.

Confira fotos dessas entregas:





Sindjus-DF divulga destaques da agenda do Congresso Nacional. Eleições comprometem deliberações nos plenários

Atento às movimentações do Congresso Nacional, o Sindjus-DF informa à categoria os destaques da semana. Segundo levantamento feito pela assessoria do Sindicato (Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical), em razão das eleições municipais, nesta semana não haverá deliberações nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O Sindjus-DF continua atuando juntamente com sua assessoria parlamentar e entidades, tais como Sindilegis e Fonacate, para fazer o enfrentamento da Reforma Administrativa e batalhar pela aprovação da suspensão temporária do pagamento dos consignados durante a pandemia.

No Congresso Nacional, a Comissão Mista da Covid-19 realizará audiência para debater as dificuldades da retomada do crescimento econômico para micros e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais.

A Câmara dos Deputados, promoverá debate sobre os desafios atuais das Operações Especiais Policiais no Brasil.

No Senado Federal a Comissão Externa de acompanhamento das ações de enfrentamento aos incêndios no Pantanal realizará audiência pública, com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, sobre as medidas adotadas pelo Governo para contenção e prevenção das queimadas no Pantanal.

